



O AGRO É AMEAÇA:

A expansão das fronteiras agrícolas e ameaças sobre territórios e corpos de povos e comunidades tradicionais

1

Antônio Rafael da Silva Junior¹

Luciana Gomes da Silva²

RESUMO

No Brasil, a expansão das fronteiras agrícolas para exploração, produção e exportação de *commodities* ao mercado global tem representado um agravamento das ameaças a territórios tradicionalmente ocupados e aos corpos de povos e comunidades tradicionais, em especial no Cerrado e na Amazônia. Dados da Comissão Pastoral da Terra demonstram essa maior incidência de conflitos fundiários no campo em tais biomas, como se pode verificar na região de áreas de expansão denominadas MATOPIBA (cerrado) e AMACRO (Amazônia). O Maranhão desponta dentre os estados com maiores índices de conflito no país, afetando com destaque povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Agronegócio. Conflitos no campo. Fronteiras agrícolas. MATOPIBA.

ABSTRACT

In Brazil, the expansion of agricultural frontiers for the exploration, production and export of commodities to the global market has represented an aggravation of threats to traditionally occupied territories and to the bodies of peoples and traditional communities, especially in the Cerrado and the Amazonia. Data from the Pastoral Land Commission demonstrate this higher incidence of land conflicts in the countryside in such biomes, as can be seen in the region of expansion areas called MATOPIBA (cerrado) and AMACRO (Amazonia). Maranhão stands out among the states with the highest levels of conflict in the country, affecting mainly indigenous peoples, quilombolas and traditional communities.

Keywords: Agribusiness. Agricultural borders. Field conflicts. MATOPIBA.

¹ Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFMA, Doutorando. E-mail: rafaelfmaranhao@hotmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFMA, Mestranda. E-mail: luita_gen@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

De acordo com projeções feitas pela Organização das Nações Unidas (UN, 2013), há uma sinalização de a população global alcançar o número de 9,5 bilhões de pessoas em 2050, o que deve repercutir significativamente na ordem socioeconômica global, sobretudo no tocante ao atendimento das suas necessidades primárias. Nesse sentido, grandes potências mundiais estão preocupadas com o aumento na demanda mundial de alimentos, haja vista não possuírem mais espaços para promoverem a expansão agrícola em seus territórios.

Atualmente no Brasil, observa-se uma crescente exploração de territórios para produção agrícola, sobretudo, voltada à exportação, concentradas em áreas específicas do Cerrado e da Região Amazônica. Uma das principais culturas agrícolas que tem contribuído significativamente para a expansão das fronteiras agrícolas é a soja e a região do Sul do Maranhão tem se destacado nesse processo.

Entretanto, é válido considerar que não se trata de uma decisão das comunidades locais ou do Poder Público de investir nessa expansão agrícola para, em alguma medida, beneficiá-los. Portanto, a partir dessa expropriação fundiária de populações marginalizadas, geralmente constituída de povos tradicionais, originam-se os conflitos.

Dados sistematizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC DTB), vinculado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), demonstram uma incidência maior de conflitos no campo, ameaças de morte e assassinatos no campo nas áreas de expansão do agronegócio, especialmente sobre territórios tradicionalmente ocupados (TTOs) nos biomas Amazônia e Cerrado, agravando tensões envolvendo povos e comunidades tradicionais (PCTs).

O MapBiomas Brasil, por sua vez, demonstra que as áreas em que vivem povos e comunidades tradicionais são aquelas com maior preservação ambiental. É a mesma conclusão a que chega Juan Doblas estudando a “Terra do Meio”, no corredor Xingu de diversidade socioambiental (o corredor Xingu localiza-se na bacia



do rio Xingu, sudoeste do Pará, sendo uma das mais extensas áreas protegidas do mundo, com 28 milhões de hectares, com 20 Terras Indígenas em que vivem 26 povos originários e 10 unidades de conservação contíguas, com centenas de famílias ribeirinhas).

É destacadamente sobre os territórios tradicionais que o agronegócio tensiona se expandir no país, sendo o cerrado brasileiro uma das últimas fronteiras para expansão agrícola do mundo, tendo como destaque a região do chamado MATOPIBA, incidente sobre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, donde sua nomenclatura, mas também na região da AMACRO (Amazônia, Acre e Rondônia).

O confronto entre formas extremamente destoantes de uso e significado da terra/território entre as populações tradicionais e o uso da terra como mercadoria para produção de *commodities* pelo agronegócio formam cenários de disputas inconciliáveis e radicalmente desiguais.

O presente trabalho analisa a relação entre a expansão das fronteiras agrícolas e o agravamento de conflitos fundiários no campo e ameaças sobre povos e comunidades tradicionais. Assim, o estudo é feito a partir da análise bibliográfica e levantamento de dados secundários sistematizados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra e outras fontes.

2. CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E CONFLITOS NO CAMPO

Ao longo dos últimos anos, houve um incremento significativo na produção agrícola em algumas regiões do Brasil. De acordo com dados apresentados por Freitas e Mendonça (2016), um principal expoente desse aumento foi a cultura da soja. Assim, segundo os referidos autores, ressalta-se que:

Enquanto o crescimento médio anual de área agrícola no Brasil (todas as culturas agrícolas) foi da ordem de 1,76% a.a., no caso da soja este valor foi



de 5,06% a.a. Ao mesmo tempo, o crescimento médio anual de área agrícola entre 2008 e 2013 foi ainda mais expressivo, de 5,68% a.a, contra 2,05% para o caso geral.

4

Esses dados tornam-se relevantes para demonstrar quais fronteiras agrícolas têm sido objeto da referida expansão, situando-a em territórios específicos. Obviamente, que para tais territórios há impactos significativos, considerando sobretudo o aumento do desmatamento e todos os demais impactos socioambientais gerados para as comunidades locais, especialmente aquelas constituídas por povos tradicionais. Nesse sentido, deve-se considerar que são estes povos que estão efetivamente preocupados com a sustentabilidade e a correta utilização da terra:

Uma observação atenta de imagens de satélite da Terra do Meio [PA] não deixa margem a dúvidas: algumas das matas mais bem preservadas da região coincidem com territórios ocupados por povos indígenas e comunidades ribeirinhas. Essa sobreposição não é absolutamente fortuita, já que há uma ligação clara entre as características do modo de vida desses grupos e os resultados positivos na conservação do território. O profundo conhecimento construído pelo manejo do rio e da floresta ao longo de gerações, atualizado no ato frequente de se percorrerem extensas áreas do território, é uma das peças-chave para essa relação. (DOBLAS, 2015, p. 13)

Nesse compasso, formam-se os conflitos severos que impactam territórios tradicionalmente ocupados. Estes surgem como um sintoma grave de um plano de remodelamento da estrutura fundiária e ambiental no Maranhão, dentro de um contexto regional e nacional relacionado à produção e comercialização de *commodities* no mercado global.

Mas saber quantos são e onde estão os povos e comunidades tradicionais no Brasil não é tarefa fácil. Apenas no Censo de 2020 do IBGE foram inseridas questões sobre a população quilombola, ainda não consolidados. Dados do Censo de 2010 informam que havia 896.917 indígenas, dos quais 572.083 em áreas rurais (sendo 517.383 em Terras Indígenas declaradas pelo Ministério da Justiça) e 324.834 nas áreas urbanas (sendo 25.963 em TI's). O total de indígenas corresponderia a 0,47% da população do Brasil. Pelos dados oficiais (IBGE e FUNAI) são 274 línguas e 305 povos indígenas. No Maranhão, há 09 povos indígenas distribuídos em 18 Terras

PROMOÇÃO



APOIO



Indígenas (TI's). Pelo menos outros cinco povos indígenas estão em processo de retomada de territórios.

Quanto às demais comunidades tradicionais, não há dado censitário de referência. Sobre quilombolas, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) estima entre 10 a 15 milhões de quilombolas em cerca de 6.300 comunidades remanescentes de quilombos, das quais 3.502 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo 849 (24,2%) no Maranhão.

A relação entre expansão de fronteiras agrícolas e incidência de conflitos pode ser constatado ao se verificar os números de conflitos no campo ocorridos nas delimitações do MATOPIBA (área verde do mapa à esquerda) e da (AMACRO - área em laranja do mapa à direita), incidentes nos biomas Cerrado e Amazônia.

Figuras 1 e 2. Mapas do MATOPIBA e da AMACRO, respectivamente.

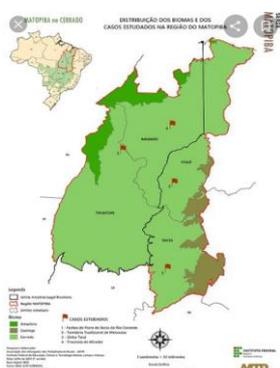


Figura 1. Fonte: AATR BA



Figura 2. Fonte: CPT, Caderno de Conflitos, 2020

Assim, enquanto 55,1% das 299 ocorrências por terra, em 2021, ocorridas na totalidade do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia se deram na região do MATOPIBA, 73,18% das 182 ocorrências por terra na totalidade do Amazonas, Acre e Rondônia atingiram a área da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (AMACRO) (CHAGAS, 2022, p. 119).

Dados da Comissão Pastoral da Terra informam que em 2021, 53,52% (562) das 1.050 ocorrências de conflitos por terra no Brasil atingiram povos indígenas e



comunidades quilombolas, especialmente nos biomas Amazônia e Cerrado. Em 2022, o quantitativo de ocorrências de conflitos por terra no Brasil saltou para 1.261, dos quais 52,89% (667) afetaram tais categorias (CPT Nacional, 2022 e 2023).

6

2.1 O caso do Maranhão

Quanto ao Maranhão, estado que integra os biomas Amazônia e Cerrado, em 2021, das 97 ocorrências de conflitos por terra registradas pela CPT, 62 (63,9%) afetaram territórios de PCT's, dentre quilombolas (43 ocorrências), indígenas (16), pescadores (2) e extrativistas (1). Em 2022, foram 177 ocorrências de conflitos por terra no estado, das quais 133 (75,14%) afetaram povos e comunidades tradicionais, dentre quilombolas (45), indígenas (28), quebradeiras de coco babaçu (2) e outras comunidades tradicionais (58).

Entre janeiro de 2017 e dezembro de 2022, foram 1.121 conflitos no campo no Maranhão, o que representa aproximadamente 2 conflitos por dia.

A gravidade das ameaças aos territórios tem seu correspondente nos corpos. No mesmo período no estado (2017-2021/2022), nada menos que 244 pessoas foram ameaçadas de morte, houve 86 tentativas de assassinato e ocorreram 30 assassinatos no campo (dados da CPT Nacional). Nesse sentido, ressalta-se que, numa perspectiva histórica, “o Brasil foi fundado sobre corpos humanos, primeiro os dos indígenas, depois os dos negros africanos escravizados. Este não é apenas um dado histórico: é um pilar de sustentação que se mantém até hoje” (BRUM, 2019, p. 28).

A situação fundiária das comunidades quilombolas no MA corrobora a tragédia dos corpos ameaçados. Constam na Superintendência Regional do INCRA no Maranhão (SR12) 418 processos administrativos de identificação e delimitação territorial quilombola, dos quais apenas seis territórios quilombolas foram titulados e outros 25 tiveram o processo administrativo concluído, porém ainda sem titulação. Assim, há 390 territórios aguardando conclusão da fase administrativa de estudos de

PROMOÇÃO



APOIO





identificação e delimitação sem conclusão. Desses 390, o INCRA MA projetou a conclusão de apenas 27, entre 2023 e 2035, englobando apenas aqueles que possuem decisão judicial. Os demais 363 seguem sem previsão de conclusão.

O contexto maranhense é, portanto, de significativa presença de povos e comunidades tradicionais, em sua larga maioria sem segurança jurídica da posse de seus territórios, afetados por uma grande incidência de conflitos e de ameaças à vida.

Por um lado, esse cenário de tensões no campo é histórico na formação territorial brasileira, pautado que é na concentração fundiária na mão de elites econômicas, na ausência ou ineficácia de políticas públicas de proteção da terra/território para setores vulnerabilizados do campo, na gigantesca grilagem de terras públicas e na violência estrutural das relações entre supostos proprietários e as coletividades destituídas que vivem e trabalham nas mesmas áreas.

Por outro lado, as dinâmicas dos conflitos adquirem novos contornos diante da sua adequação às novas formas de desenvolvimento econômico que atualizam o cenário das violências diante das exigências do mercado global. Assim, observa-se que:

A insegurança fundiária e territorial acirra a disputa pela posse, motivando o uso da violência, e incentiva a atuação ilegal de atividades que geram desmatamento, contaminação e perda de biodiversidade. Além das ameaças, expulsões e assassinatos, os conflitos terminam por inviabilizar as formas tradicionais de uso e manejo da terra, impossibilitando a permanência e reprodução de quem tradicionalmente as ocupa. (MALERBA, 2023, pp.30-31)

O bioma cerrado tem sido particularmente afetado por desmatamentos, elemento constantemente presente nas ocorrências de conflitos no campo. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre agosto de 2021 e julho de 2022, o desmatamento no cerrado subiu 25%, chegando a 10 milhões de hectares. Dentre os estados do MATOPIBA, o Maranhão apresentou a maior área de cerrado desmatada (2,8 milhões de hectares), seguido de TO (2,1 milhões de ha), BA (1,4 milhão de ha) e PI (1,1 milhão de ha).

PROMOÇÃO



APOIO

3. CONCLUSÃO

A expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, especialmente na região dos biomas Cerrado e Amazônia, tem agravado as ameaças aos territórios tradicionalmente ocupados e aos corpos de povos e comunidades tradicionais. Os conflitos no campo no Brasil têm se notabilizado por expressarem a grande tensão entre, de um lado, formas de apropriação da terra enquanto mercadoria para exploração e produção de *commodities* para exportação ao mercado global e, de outro, pela resistência de PCTs em permanecerem em seus territórios de pertencimento com direito à manutenção dos seus modos de ser e viver considerados anacrônicos por uma cultura “desenvolvimentista” e de “modernização do campo”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Fundação Palmares apresenta quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos**. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-22-08-2022.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

BRUM, Eliane. **Brasil: construtor de ruínas. Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre-PR: Arquipélago Editorial, 2019.

CHAGAS, Afonso M. das. **A violência estrutural dos conflitos agrários no Brasil**. Conflitos no campo: Brasil, 2021 (pp. 113-127). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO: CPT Nacional, 2022, 260 p.

CPT NACIONAL. **Conflitos no campo: Brasil, 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO: CPT Nacional, 2022, 260 p.

_____. **Conflitos no campo: Brasil, 2022**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO: CPT Nacional, 2023, 254 p.

DOBLAS, Juan. **Rotas do saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)**. São Paulo-S`P: Instituto Socioambiental, 2015. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/rotasdosaque_digital02_0.pdf. Acesso em: 24 junho de 2023.



FREITAS, Rogério Edivaldo; MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de. Expansão Agrícola no Brasil e a Participação da Soja: 20 anos. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, Vol. 54, Nº 03, p. 497-516, Jul/Set 2016.

INCRA. **Governança fundiária/quilombolas.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: novembro de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ESPACIAL. **Taxas anuais e desmatamentos na Amazônia Legal e no Cerrado.** Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/ratr. Acesso em: 23 junho de 2023.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. **Desmatamento no cerrado cresceu 25% em 2022, diz INPE.** Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/14/desmatamento-no-cerrado-cresceu-25percent-em-2022-diz-inpe.ghtml>. Acesso em: dezembro de 2022.

MALERBA, Juliana. **Conflitos no Campo Brasil 2022: aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo evidencia as conexões entre as questões agrária e ambiental.** In: Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo: Brasil, 2022*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia-GO: CPT Nacional, 2023, pp. 23-38.

UNITED NATIONS (UN). **World Population Prospects: The 2012 Revision, 2013.** Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/Excel-Data/population.htm>>. Total Population - Both Sexes. Acesso: 10 de junho de 2020.

ZHOURI, Andréa; e OLIVEIRA, Raquel. **Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: Desafios para a antropologia e os antropólogos.** GESTA-UFMG. Texto originalmente publicado na Vibrante V.9, N.1, junho de 2012.